



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Históricas Escavadas: a concepção de tempo na arqueologia foucaultiana

Excavated Histories: the conception of time in foucaultian archeology

Fabio Feltrin de Souza¹

Cassio Barbieri²

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a concepção de tempo que atravessa a noção de arqueologia presente na primeira fase dos trabalhos de Michel Foucault. Para isso, propomos dois momentos: primeiramente, pretendemos investigar as influências historiográficas mobilizadas pelo filósofo francês, como Lucien Febvre, Fernand Braudel, Gaston Bachelard e Georges Canguilhem. No segundo momento examinamos o distanciamento e a singularidade de suas reflexões no que tange à concepção de tempo. A hipótese sustentada ao longo desta investigação é a de que o pensamento espacializado operado por Foucault, a partir do método arqueológico, apresentaria um conceito de tempo marcado pela recusa da unidade, da homogeneidade e de sucessão cronológica, apresentando as noções de descontinuidade, limiares, fragmentação e das rupturas. Ademais, constatamos também as diferenças de Foucault para seus interlocutores, principalmente quanto à multiplicidade temporal, tanto na dimensão diacrônica, quanto sincrônica, ou nesse caso, mais precisamente, assíncrona.

Palavras-chave: Arqueologia; Tempo; Michel Foucault.

Abstract: The aim of this article is to discuss the conception of time through the notion of archeology present in the first phase of the Michel Foucault's work. For this, we propose two moments: firstly, we intend to investigate the historiographical influences mobilized by the French philosopher, like Lucien Febvre, Fernand Braudel, Gaston Bachelard and Georges Canguilhem. Secondly, we examine the detachment and the singularity of his reflections regarding the conception of time. The hypothesis supported throughout this research is that the spatial thought operated by Foucault, from the archaeological method, would present a concept of time marked by the rejection of unity, homogeneity and chronological succession, presenting the notions of discontinuity, thresholds, fragmentation and disruption. In addition, we also note the differences between Foucault and his interlocutors, mainly regarding the temporal multiplicity, as much in the diachronic dimension, as synchronic, or in this case, more precisely, asynchronous.

Key-words: Archeology; Time; Michel Foucault.

¹ Doutor em História Cultural e professor na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *campus* Erechim, onde atua nos cursos de História e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH). É autor de Dispositivo Nacional: Biopolítica e (anti)modernidade nos discursos fundacionais da Argentina.

² Graduado em História, Licenciatura, na UFFS – *campus* Erechim e na atual condição de mestrando no PPGICH da mesma instituição.

Introdução

Em 1967, Foucault anunciava que se o tempo havia constituído para o século XIX uma obsessão e a problemática fundamental subjacente a maioria de seus temas, no século XX, era o espaço que se postulava como problema fundamental (FOUCAULT, 2013, p. 13). Não estamos certos, no entanto que no século XXI o espaço seja ainda um problema dominante em relação ao tempo. O conjunto de nossas experiências tem alçado o tempo, cada vez mais, a um problema de primeira ordem (TURIN, 2016), porém não se trata mais de responder à pergunta clássica sobre o que é o tempo, mas de evidenciar em cada prática, em cada pensamento, em cada discurso uma determinada concepção de tempo, uma significação ou representação implícita dessa experiência fundamental.

O intuito desta investigação é, portanto, buscar restituir à arqueologia de Foucault a concepção de tempo que lhe é subjacente ou que lhe é consequente. Em outras palavras, o objetivo desse trabalho é problematizar, sob essa espacialização da história na qual insere-se seu trabalho, a noção singular de tempo que emerge de suas investigações entre o final dos anos 1950 e a década de 1960.

A origem dessa curiosidade e, consequentemente, das questões e da problemática que ela desperta, pode ser situada por um lado, na aproximação ou, mais precisamente, no tributo que Foucault presta a parte da historiografia francesa que lhe é um tanto precedente, mas ainda contemporânea – aos historiadores vinculados ao movimento dos *Annales* e a pensadores como Gaston Bachelard, Gorges Canguilhem, Georges Dumézil – cuja orientação geral – e um tanto vaga – era o estruturalismo, embora seus trabalhos mostrassem diferenças profundas. E, por outro lado, na indicação que Georges Didi-Hubermann faz, ao descrever o tempo anacrônico das imagens, à arqueologia de Foucault: “en su Arqueología do saber, Michel Foucault describió las ‘emergencias distintas’, defasadas, los umbrales heterogéneos em función de que la historia de un mismo objeto pueda presentar una ‘cronología (que no es) regular ni homogênea’” (DIDI-HUBERMAN, 2008, p. 64). A pergunta inicial que nos intrigou foi, por conseguinte: que pensamento sobre o tempo perpassa o trabalho arqueológico de Foucault que permite-lhe, paralelamente, sustentar certa familiaridade com vertentes historiográficas que condenam o anacronismo – como é o caso dos *Annales* - e o estatuto de referência fundamental a uma historiografia das imagens que reivindica a positividade do anacronismo? O curso desse trabalho, certamente não propõe uma resposta a essa pergunta inicial, porém, busca indícios de possíveis

respostas evidenciando ou, mais especificamente, problematizando, sob a noção de espaço, uma concepção de tempo. Buscamos, desse modo, em um primeiro momento explorar brevemente as noções de tempo presentes em algumas dessas filiações indicadas por Foucault para, na sequência, adentrarmos na concepção de tempo que perpassa esses escritos reunidos sob o signo da arqueologia, evidenciando sua singularidade.

Foucault e a historiografia francesa entre os anos 1940 e 1960: a questão do tempo

Embora seja sempre problemático situar o trabalho de Foucault em relação às ordens disciplinares tradicionais do saber científico, tanto pela autenticidade e abrangência interdisciplinar de suas pesquisas, quanto pela sua deliberada recusa e dificuldade em situar disciplinarmente seu trabalho, é quase um lugar-comum identificar suas investigações com o trabalho historiográfico: sua predileção pela análise histórica da constituição e desdobramentos de seus objetos, bem como sua nomeação, em 1970, para a cátedra de História dos sistemas de pensamento no *Collège de France*, reforçam sua proximidade com o campo da história. No entanto, diante da novidade e radicalidade dos problemas desenvolvidos por Foucault, nos caberia questionar sobre os limites de tal aproximação, sobretudo em relação a historiografia dominante na França, desde os anos 1950. Dessa forma, dada a complexidade da questão proposta e dos limites deste trabalho, nos limitaremos a analisar o problema sob o viés do tempo. Indagamo-nos, portanto, em que medida a concepção de tempo – se é possível tomá-la como única (não unitária) – que sustenta a obra foucaultiana, especialmente nos anos 1960, diferencia-se das concepções de tempo com a qual a historiografia francesa operava.

Para tanto, delimitemos um pouco mais nossa análise, restringimo-nos a alguns historiadores e filósofos evocados explicita ou implicitamente pelo próprio Foucault. Por um lado, Lucien Febvre (1878-1956) e Fernand Braudel (1902-1985), ambos representantes da chamada Escola dos *Annales*, cujo trabalho marcou uma considerável transformação na historiografia francesa, com a importação dos métodos sociológicos, demográficos, etnográficos, econômicos e geográficos e a formulação de uma abordagem estruturalista, em contraposição às crônicas políticas e militares e às filosofias da história que marcaram sobremaneira a historiografia francesa ao menos até o advento da Primeira Guerra Mundial. Por outro, destacamos Gaston Bachelard (1884-1962) e Georges Canguilhem (1904-1995) cujos trabalhos,

contemporâneos aos *Annales*, transformaram as investigações historiográficas no campo da história das ciências, e das ideias, bem como, alguns ramos da epistemologia.

Esses dois movimentos são evocados por Foucault, entre outros lugares, na introdução de sua obra *A arqueologia do saber*, para evidenciar um movimento contrário entre ambos. Por um lado, a abordagem dos *Annales* – embora a referência seja implícita – na qual Foucault observa a preferência por:

[...] longos períodos, como se, sob as peripécias políticas e seus episódios, eles se dispusessem a revelar os equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos, os processos irreversíveis, as regulações constantes, os fenômenos tendenciais que culminam e se invertem após continuidades seculares, os movimentos de acumulação e as saturações lentas, as grandes bases imóveis e mudas que o emaranhado das narrativas tradicionais recobria com uma densa camada de acontecimentos (FOUCAULT, 2002, p. 3).

Por outro lado, na história das ciências, das ideias, do pensamento, da filosofia e da literatura, especialmente nos trabalhos de Bachelard e Canguilhem, evidencia-se um deslocamento contrário:

[...] das vastas unidades descritas como ‘épocas’ ou ‘séculos’ para fenômenos de ruptura. Sob as grandes continuidades do pensamento, sob as manifestações maciças e homogêneas do espírito ou de uma mentalidade coletiva, sob o dever obstinado de uma ciência que luta apaixonadamente por existir e se aperfeiçoar desde seu começo, sob a persistência de um gênero, de uma forma, de uma disciplina, de uma atividade teórica, procura-se agora detectar a incidência das interrupções, cuja natureza e posições são, aliás, bastante diversas (FOUCAULT, 2002, p. 4).

Esses dois movimentos paralelos são, para Foucault, efeitos contrários de um problema comum no interior da história, o deslocamento na crítica do documento. A partir dessa transformação o documento deixara de ser um simples índice, um aporte para a reconstrução de um passado do qual seria portador ou indício, para ser compreendido como massa de elementos a qual era preciso organizar, ordenar, recortar, definir séries, unidades, relações. Em outras palavras os documentos tornaram-se monumentos, dos quais era preciso fazer a arqueologia. Dessa nova prática emerge a possibilidade de uma história geral, enquanto articulação de séries de séries e quadros, em contraposição às antigas histórias globais, e, o mais importante a esta análise, a noção de descontinuidade, não mais como problema a ser contornado, mas como operação do historiador na construção das séries, como resultado de sua descrição/formulação e como conceito operatório de seu trabalho historiográfico (FOUCAULT, 2002, p. 10). Essa noção de descontinuidade será central em toda obra de Foucault, especialmente em seu trabalho arqueológico, no entanto, este ponto será desenvolvido mais adiante. Cabe aqui, precisarmos as

concepções de tempo que perpassam os trabalhos desses historiadores evocados por Foucault, a fim de facilitar a evidência da possível singularidade de seu trabalho no que se refere às concepções de tempo.

Homogeneidade, sincronia, diacronia e unicidade

Iniciemos nossa análise com um dos fundadores dos *Annales*, Lucien Febvre, nome central, juntamente a Marc Bloch, da transformação da historiografia francesa a partir dos anos 1930. Embora Febvre não tenha se detido profundamente na reflexão teórica sobre o tempo³, seu trabalho emerge em um período de contestações e incertezas acerca do tempo, em especial, sobre o ordenamento seu moderno, centrado na concepção linear e universalizante de progresso (HARTOG, 2013, p.21). Para distanciar-se dessa concepção de tempo, um primeiro movimento do historiador foi negar esse sentido universal da história, revelado em um tempo único e linear. A catástrofe experimentada na Europa no período entreguerras era também acompanhada pelo abalo profundo e irreconciliável nessa noção de história, nessa crença em um devir progressivo realizado no tempo. O segundo movimento, que lhe fora correlato (e mais ousado em termos historiográficos), tratava-se de evidenciar a centralidade do presente para o trabalho do historiador em sua análise do passado. Em outras palavras, consistia em fazer da historiografia essencialmente um movimento de regresso do presente para o passado, no qual, longe de encontrar esse mundo perdido – o passado – em sua pureza e objetividade, o passado consistia em uma construção ativa do cientista cuja marca não poderia ser elidida ou desconsiderada do que lhe era coetâneo.

Esse segundo movimento reservava, no entanto, um paradoxo: como sustentar esse movimento fundamental e garantir, ao mesmo tempo, que a história evidencie fundamentalmente a diferença, a descontinuidade entre o presente e o passado? Como evidenciar as diferenças desse homem que não é sempre o mesmo (FEBVRE, 1950, p. 7)? A esse risco estrutural, que comprometia a empresa do historiador, Febvre deu um nome: anacronismo, e classificou-o como “o pecado” a ser evitado. Caberia, no entanto, questionar em que consiste essa denegação do anacronismo que norteou, e ainda norteia, o trabalho de boa parte dos historiadores e qual concepção de tempo ela revela? Para esta análise evocaremos a pertinente reflexão que Jacques

³ Vale destacar que a noção de “longa duração” já estava disponível à primeira geração do movimento, como exposta em *Apologia da História*, de Bloch, e desenvolvida anos mais tarde por Braudel.

Rancière dedicou a essa definição de anacronismo e à concepção de tempo e verdade que ele engendra e sustenta na obra de Febvre.

Segundo Rancière o anacronismo fora, originalmente, um conceito que concernia à criação poética. No entanto, na concepção de Febvre, servia como solução filosófica ao problema do estatuto de verdade da narrativa do historiador. Trata-se, portanto não somente de um problema de método, mas de um problema filosófico. O anacronismo não consiste simplesmente em um erro de datas, ele é uma confusão de épocas e “as épocas marcam regimes de verdade específicos, relações da ordem do tempo com a ordem do que não está no tempo” (RANCIÈRE, 2011, p. 25). O anacronismo concerne, portanto às relações entre tempo e eternidade:

Trata-se de construir o próprio tempo como princípio de imanência subsumindo todos os fenômenos numa lei de interioridade. De modo que a verdade da história é a imanência do tempo como princípio de copresença e de copertencimento dos fenômenos. O tempo funciona, assim, como semelhança ou substituto da eternidade. Ele se desdobra, sendo o princípio de presença – de eternidade – interior à temporalidade dos fenômenos. Essa segunda maneira encontra-se no âmago da definição moderna da cientificidade da história. E é por isso que ela coloca em seu cerne a questão do anacronismo como pecado mortal: pecado contra a presença da eternidade no tempo, a presença da eternidade como tempo (RANCIÈRE, 2011, p. 22).

A condenação do anacronismo atrela-se, desse modo, ao estatuto de cientificidade da história, atrelada a sua definição clássica, na qual concerniria à ciência revelar um saber verdadeiro, universal e necessário; categorias implicadas àquilo que não é temporal, mas eterno. A concepção de tempo que sustenta a condenação do anacronismo é, portanto, estática, fechada e marcada por uma unicidade. Desse modo, o

[...] duplo privilégio, do tempo longo em relação ao tempo curto e da profundidade do social com relação à superficialidade dos acontecimentos, é antes de mais nada o privilégio de um determinado tipo de tempo: um tempo que age como a eficácia da sua própria verdade, a eficácia da eternidade que está dissimulada nele (RANCIÈRE, 2011, p. 25).

A forma da eternidade no tempo é a crença, a mentalidade, o espírito de uma época. Essa crença funciona como princípio de existência, como condição de possibilidade para a emergência de um fenômeno - especialmente estes que concernem ao pensamento, ao indivíduo – em uma época, nada que está no tempo pode diferir de sua forma. Febvre faz dessa formulação o objeto da história. É essa generalidade que Febvre tem em mente quando trata do problema da incredulidade em Rabelais (FEBVRE, 2010), não lhe interessa o indivíduo, este é somente um indício da generalidade, da crença, que o produz, trata-se de uma preferência pela identidade, pelo mesmo.

O tempo da crença, é um tempo fechado, com um sentido, um léxico e uma semântica próprios, é uma unidade que é princípio de existência dos que a habitam, ela os habita em todo seus aspectos. Essa crença, no entanto, é o impensável para a época, pois é a própria forma do pensamento, assim somente o historiador pode revelá-la. Portanto, a imagem do tempo como condenação do anacronismo nos lega é a da sucessão de blocos fechados de tempo, de crenças que se sucedem, de unidades homogêneas das quais os indivíduos, as fontes seriam indícios e portadores. Febvre, restitui, portanto, certa unidade no tempo, essa unidade é, contudo, horizontal, é a unidade das épocas, de uma cultura, de uma civilização, de um espaço geográfico, que marca a cisão entre o presente e o passado. Rompe-se somente a unidade vertical, que fazia do tempo escalada para o progresso e o futuro, e unificava hierarquicamente o tempo, mantém-se e reforça-se, entretanto, a unidade das épocas, como blocos homogêneos de tempo a serem reconstituídos desde o presente pelo historiador, com o rigor de seu método científico tomado de suas disciplinas vizinhas.

Febvre morreu em 1956, seu trabalho, no entanto foi levado adiante, transformado e ampliado por inúmeros historiadores, sobretudo na França. É a um de seus herdeiros intelectuais que devemos direcionar agora nossa mirada: Fernand Braudel. Braudel fora, entre os anos 1950 e 1960, o principal nome da historiografia francesa, e grande admirador do trabalho de Foucault, sendo inclusive um dos responsáveis por sua indicação para substituir Jean Hypollite em sua cátedra no *Collège de France* (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 94).

Braudel reconhecia, em sua concepção de temporalidade, a existência de três níveis temporais, diferenciados por sua profundidade histórica crescente. Desse modo, no nível mais imediato e incerto, encontraríamos o tempo curto, o tempo dos acontecimentos, o qual era o sustentáculo da chamada história tradicional. Em um nível intermediário, de tempo médio, encerrar-se-iam as conjunturas, os ciclos, esse tempo conjuntural que comportava algumas décadas, estaria no âmago das transformações historiográficas em curso desde as primeiras décadas do século XX, sobretudo, na historiografia econômica e social. Porém, é justamente na contraposição, a um duplo efeito desses tempos médios, conjunturais, a saber: a multiplicação de temporalidades desconexas e o retorno ao tempo acontecimental, que ameaçariam a própria historiografia em sua especificidade, frente às demais ciências sociais, que Braudel propõe o tempo profundo, secular, quase imóvel das estruturas de longa duração, encontráveis nas longas séries (BRAUDEL, 2011, p. 50).

A multiplicidade, reconhecida inclusive em cada um desses níveis, era contudo, ameaçadora, colocava em risco a cientificidade do discurso historiográfico (SOLOMON, 2018, P. 19), daí a necessidade, para além da hierarquização desses três níveis e da preferência a longa duração, de restituir sob tal multiplicidade dos tempos sociais, demasiado subjetivos, a uniformidade fundamental do tempo dos historiadores, que permite “a medida geral todos” os fenômenos (BRAUDEL, 2011, p. 73).

Na obra de Braudel, portanto, o tempo histórico é decomposto em três camadas sobrepostas. Não se trata mais de uma temporalidade cindida pela singularidade do objeto já que a fragmentação seria uma ameaça), pois o esquema braudeliano reconduziria, desse modo, a multiplicidade dos tempos históricos a uma ordem que, embora reconhecesse ritmos distintos, estava inserida em uma formação unitária (GATTINARA, 2018, p. 60). A “dialética da duração” que define a tarefa da história, segundo Braudel é, desse modo, profundamente distinta da dialética da duração da qual nos fala Bachelard, como veremos na sequência. Afinal de contas o pensamento braudeliano opera com uma concepção naturalizada de tempo, antiquada e amplamente questionada por filósofos, físicos e historiadores.

O estruturalismo braudeliano praticava, portanto, uma história e uma concepção temporal que não mais interessava a Foucault. A preferência pela estrutura da longa duração em detrimento das outras temporalidades e dos acontecimentos, marcavam uma historiografia que se ocupava com o mesmo, a semelhança, a identidade, a permanência, a centralidade, em suma: Braudel pratica uma geologia, na qual a dispersão e a singularidade ameaçadora dos acontecimentos é reduzida e generalizada, abarcada pelo mar, por essa história de um tempo imóvel que constitui as estruturas da longa duração.

É preciso agora, analisarmos o outro deslocamento assinalado por Foucault, aquele que marca – contrariamente aos trabalhos de Febvre e Braudel – a predileção, na história das ideias, do pensamento, das ciências, da filosofia e da literatura, pelas discontinuidades, pelas rupturas, pelos limiares (FOUCAULT, 2002, p. 4). Para essa tarefa iremos nos deter na concepção de tempo que perpassa os trabalhos de Bachelard e Canguilhem, ambos referidos por Foucault como exemplos desse deslocamento e contemporâneos, respectivamente, de Febvre e Braudel.

Descontinuidade e assincronia

Gaston Bachelard desenvolveu uma vasta obra dedicada tanto à epistemologia e à história das ciências, quanto à poética. Diante da impossibilidade de uma análise mais extensa desse

trabalho, gostaríamos de nos ater, sobremaneira, a alguns de seus trabalhos dedicados às duas primeiras áreas referidas, desenvolvidos especialmente durante os anos 1930. É nesse período e nesses trabalhos que Bachelard desenvolve sua concepção descontínua de tempo numa aproximação entre a teoria da relatividade de Einstein e os trabalhos do filósofo e historiador rural Gaston Roupnel (ALMEIDA, 2018, p. 126). Essa aproximação entre historiografia e física pode parecer, a primeira vista, um tanto estranha, especialmente às ciências humanas, uma vez que, desde os trabalhos de Dilthey aprendemos a diferenciar fundamentalmente as humanidades das ciências, até então, ditas exatas, talvez soasse estranho também a Febvre e Braudel que, apesar de seu apreço pela interdisciplinaridade, sempre buscaram reafirmar uma racionalidade e uma cientificidade própria à história. No entanto, longe de submeter a história a uma racionalidade lógica, matemática, os trabalhos de Bachelard conduziram à consideração contrária – ao menos parcialmente e, sobretudo, em precursores como Georges Canguilhem –, a submissão da racionalidade das ciências exatas e empíricas à análise de sua historicidade. Contudo, não devemos nos precipitar, é preciso primeiramente definir o estatuto e o lugar da descontinuidade na obra de Bachelard.

Em sua obra *A intuição do instante*, publicado em 1932, e em *A dialética da duração*, publicado em 1933, Bachelard busca desenvolver sua tese sobre a descontinuidade do tempo tomando como ponto de partida a constatação de Roupnel do instante como única realidade do tempo, para precisar em seguida, a partir da física, que “[...]não sendo espaço, ou seja, não podendo ser tomado a partir da extensão, não podendo em suma ser medido, o tempo é descontínuo ou, dito de outro modo, o tempo é em toda amplitude semântica, etimológica e metafísica do termo, átomo (*átimo*) (ALMEIDA, 2018, p. 126).”

Desse modo, a concepção de uma racionalidade científica em contínua renovação implica no estudo da ciência e especialmente de sua história uma concepção descontínua de tempo. No entanto, a qual descontinuidade remete-nos Bachelard? Seria ela semelhante àquela descontinuidade entre épocas relativamente homogêneas, das quais nos fala Febvre? Para responder à questão, é pertinente retomar a indicação anterior, pela qual a física relativista indica a impossibilidade de uma experiência científica da duração, ou seja, da distância, do vínculo ou da passagem de um instante ao outro. É a partir dela, que, em 1937, em uma conferência à Sociedade Francesa de Filosofia, *A continuidade e a multiplicidade temporais*, Bachelard convidando os ouvintes a suspender o privilégio da intuição e diante da impossibilidade de um

experiência racional da duração constata, opondo-se a Bergson, Bachelard afirmava que se pegarmos “[...]uma lupa para observar o fio do tempo[...]” observaremos “[...]que o tempo não tem fio.” Logo, “Toda ligação temporal é uma soma de instantes, é um valor de conjunto. A ligação perde força quando perde elementos. Não a encontramos entre dois elementos” (BACHELARD, 2018, p. 343). A relação entre os instantes deriva, portanto, do espírito, é ele que busca e estabelece a continuidade e a unidade do tempo.

Nesse sentido gostaríamos de destacar dois elementos esclarecedores dessa concepção de tempo. O primeiro concerne conjunção dos instantes e o segundo ao curso heterogêneo dos recomeços, das transformações da razão nas ciências. No quinto capítulo de *A dialética da duração* Bachelard busca precisar teoricamente a consolidação de conjuntos de instantes, tomando como base a teoria das consolidações do sociólogo Eugène Dupréel. Acerca da teoria das consolidações temporais bachelardiana, Fábio Ferreira de Almeida afirma:

A continuidade da duração é o que resulta, portanto, das consolidações, da conjunção de instantes, cujo valor ontológico, o ser que eles constituem, de fato, se espacializa[...] Não havendo nenhum fio secreto e incorruptível que religue umas às outras estas unidades fundamentais – os instantes –, a formação de tais conjuntos se dá por uma pluralidade de forças, diversas atrações, múltiplas polaridades que os aproximam uns dos outros, formando quantidades reais de tempo, ou seja, começando sempre de novo o tempo real (ALEMEIDA, 2018, p. 137).

Essa “pluralidade de forças”, essa diversidade de “atrações” e as “múltiplas polaridades” que, segundo Almeida, compõe os conjuntos, demonstram que a descontinuidade e a multiplicidade temporal alocam-se, aparentemente, não somente entre uma consolidação e outra, mas no interior mesmo desses conjuntos, reverberando a própria racionalidade continuamente recomeçada da ciência sobre o tempo.

No que concerne ao desenvolvimento de uma ciência, da abstração as observações de Bachelard no início de sua obra *A formação do espírito científico* reafirmam essa concepção. Em *Discurso Preliminar*, o filósofo afirma que: “[...] para mostrar que o processo de abstração não é uniforme, chegaremos a usar um tom polêmico ao insistir sobre o caráter de obstáculo que tem toda experiência que se pretende concreta e real, natural e imediata” e, logo em seguida, acrescenta: “[...] a respeito de problemas diferentes, as soluções científicas nunca estão no mesmo estágio de maturação, não vamos apresentar uma sequência de quadros gerais [...]” (BACHELARD, 1996, p. 9). Novamente o estatuto dessa descontinuidade temporal é evidenciado em sua assincronia, em sua heterocronia. Diferentemente da descontinuidade entre as

épocas que Febvre observava a partir do caso de Rabelais, em um plano diacrônico, ou seja, em uma sucessão de homogeneidades, eucronias descontínuas, a descontinuidade que Bachelard observa é radical, ela mal permite estabelecer conjuntos estáveis – como uma ciência em um recorte cronológico delimitado –, ela converte-se numa condição fundamental dado um constante recomeço necessário. A noção de obstáculo epistemológico, desenvolvida ao longo de *A formação do espírito científico*, e fundamental a filosofia bachelardiana, marca justamente essa descontinuidade no âmago do processo de abstração próprio à ciência. Logo esse obstáculo, cuja face é o equívoco da pretensão da unidade e do contínuo, evidência que sob uma análise racionalista e factícia da história da ciência o que se revela não é o desenvolvimento contínuo da razão ou do espírito, mas uma descontinuidade fundamental que marca contínuos recomeços.

A essas descontinuidades concernentes aos processos de abstração, ou seja, científicos, gostaríamos de acrescentar a observação de José Ternes, na qual ele busca precisar, na obra bachelardiana, uma historicidade profundamente distinta na relação entre as ciências, a arte e a filosofia. Segundo Ternes “filosofia e arte, devem ser compreendidos neles mesmos, no instante de seu aparecimento. São, num certo sentido, *eternos*. O tempo lhes fora roubado, devorado, como o de Lautréamont. Mas também a verdade não lhes é constitutiva. Não são, rigorosamente, verdadeiros. Desprovidos de tempo e verdade não padecem de anacronismo, ameaça de toda ciência (TERNES, 2011, p 216).

Essa diferenciação fragmenta, logo de início, a temporalidade dessa história dedicada ao pensamento, às ideias, à filosofia, a arte, e às ciências, em uma multiplicidade de tempos distintos e desconexos. Desse modo, a temporalidade própria à investigação histórica do saber científico deveria distinguir-se radicalmente daquela própria à filosofia ou à arte, uma vez que a relação de historicidade que cada um desses saberes comporta é marcadamente diversa. A ênfase das análises históricas de Bachelard, no entanto, recai sobre as ciências, às quais define, ao menos desde a Modernidade, como criações racionais, como um “pensar dentro de determinadas regras”, dentro de um “contexto determinado de pensamento” a partir dos quais constrói-se os fatos, um saber positivo e uma verdade. Todas as verdades são, portanto, históricas, ou seja, dependentes desses “conjuntos racionais” em que consistem as ciências. Disso deriva sua restrição do anacronismo, enquanto problema concernente somente à história da ciência, não à filosofia e à arte. O problema do anacronismo, relaciona-se, portanto, com o problema da verdade, porém em uma concepção de verdade bachelardiana que “[...] não é dada *a priori*, mas remete à própria

natureza da razão instituinte. Não, portanto, uma razão universal, sem limites [...] mas uma razão, efetivamente regionalizada” (TURNES, 2011, p. 230). Desse modo, o acréscimo no número de verdades, não indicaria o curso de um progresso em direção a um conhecimento a ser desvelado e precisado incessantemente, mas a esse acréscimo de verdades oriundas de razões regionalizadas, ou seja, situadas em seus limites, nos quais produzem sua positividade. Nesse a ciência deveria ser vista como empreendimento interno a si mesmo, não como apêndice de processos exteriores, e seu princípio de julgamento – trabalho atribuído principalmente ao epistemólogo – deveria ser, precisamente, sua fidelidade à razão/abstração e, sua atualidade, o presente da própria ciência. Isso imprime no trabalho da epistemologia histórica e na história das ciências praticadas por Bachelard uma espécie de supressão do tempo e restituição da eternidade:

A ‘temporalidade’ da ciência, vimos, ‘é o aumento do número de verdades’. Aqui a duração não conta. O apenas presente pode elidir, apagar, o tempo. Ou o eleva ao ápice, tempo *puro*. Mas isso significa, também, verdade *pura*, aquela onde razão e imaginação, ciência e poesia, tendem a convergir. Situação *mallarmeana*, onde o homem, *invenção recente*, segundo um filósofo, desaparece, e somente a linguagem, sozinha *fala*. Então, verdade e tempo, reduzidos ao instante, efêmero absoluto, ‘centelha entre espadas’, elidindo, no extremo, o tempo, reinventam a eternidade (TURNES, 2011, p. 234).

Desse modo, embora a leitura de Ternes enfatize uma temporalidade centrada nos conjuntos coesos que formam as ciências sem atentar-se à heterogeneidade interna, ela reforça essa evidência, na obra bachelardiana, de uma temporalidade que atenta-se, sobremaneira, às rupturas, aos erros, às diferenças, às novidades, apesar de sua perspectiva de acúmulo pelo aperfeiçoamento teórico distancia-se das continuidades e unidades da crença de uma época – como enfatiza Febvre – ou das estruturas da longa duração – privilegiadas por Braudel.

Portanto, Bachelard, a exemplo do que Foucault faz com o saber – essa categoria menos comprometida com o rigor de abstração pelo epistemólogo -, opera historicização da ciência, e, certamente poderíamos comparar, por exemplo, as pesquisas arqueológicas foucaultianas, com as investigações bachelardianas, acerca da emergência do novo espírito científico no início do século XX, contudo, isso exigiria uma investigação distinta da que propomo-nos aqui. Desse modo, a relação entre esses dois pensadores, estabelece-se, fundamentalmente, na forma de conceber a descontinuidade e a multiplicidade fundamental como aspecto fundamental do tempo, e do tempo histórico, especialmente no que diz respeito à história da ciência, ou do saber – numa terminologia foucaultiana. Além disso, essa relação evidencia-se - e isso ficará mais claro quando nos detiver nos trabalhos de Foucault – no estatuto heterogêneo dessa descontinuidade e

multiplicidade temporais, estatuto esse que os diferencia significativamente da forma como os historiadores da Escola dos *Annales* concebem a descontinuidade e a multiplicidade dos tempos.

Essas relações, impactos e diferenças podem ser apreciadas mais claramente ao analisarmos alguns trabalhos de um dos herdeiros intelectuais de Bachelard, que se dedicou mais detidamente no emprego de alguns elementos do pensamento bachelardiano para construir uma historiografia, muito singular, das ciências, em especial das ciências da vida, a saber, Georges Canguilhem.

Canguilhem dedicou alguns textos à análise da filosofia e da historiografia das ciências praticadas por Bachelard. Gostaríamos de atentarmo-nos especialmente sobre dois desses trabalhos, respectivamente dedicados a historiografia e a filosofia, são eles: *A história das ciências na obra epistemológica de Gaston Bachelard* e *Dialética e filosofia do não em Gaston Bachelard*, ambos publicados originalmente em 1963. No primeiro destes textos, dedicado ao lugar da história das ciências nas reflexões epistemológicas de Bachelard, Canguilhem destaca, logo no início, a tradição historiográfica com a qual Bachelard se depara quando de seu ingresso, em 1940, na cátedra de história e filosofia das ciências da Sorbonne e na direção do Instituto de História das Ciências e das Técnicas, vinculado à cátedra. Sobre essa concepção da história da ciência que vinculava-se à própria criação da cadeira, a partir de então ocupada por Bachelard, Canguilhem afirmava que fora “introduzida nos costumes e instituições francesas de cultura pelos cuidados de uma escola filosófica que declarava fundar sua autoridade e fazer repousar seu crédito sobre a necessidade de sua própria chegada, em virtude de uma lei de desenvolvimento histórico do espírito humano (CANGUILHEM, 2012, p. 181).

Desse modo, o objeto da história da ciência definia-se, segundo Canguilhem, como “um objeto que é uma história, que tem uma história” (CANGUILHEM, 2012, p. 9), logo “o objeto do discurso histórico é, com efeito, a historicidade do discurso científico, enquanto essa historicidade representa a efetuação de um projeto interiormente normatizado, mas atravessada de acidentes, retardada ou desviada por obstáculos, interrompida por crises[...]” (CANGUILHEM, 2012, p. 10). Por essa definição do objeto, fica claro que uma história das ciências só pode ser pensada numa chave temporal descontínua e não homogênea, já que apesar da normatização interna o discurso científico transpassa seus limites, penetra outros campos discursivos, enfim não pode ser captado pela permanência de uma suposta identidade com o objeto da ciência da qual faz-se a história, mas também não pode ser captado no fechamento de sua identidade a um

conjunto de normas que compõe o discurso científico em um dado momento. Nesse sentido, poderíamos opor tal concepção a noção de mentalidade como Febvre a concebe, nela o discurso da parte, é sempre tomado na identidade com o todo, se o todo é uma espécie de espírito de um época, convertido em sua imagem e fechamento, tudo o que está na história, todas as partes são idênticas a esse todo.

Para fugir à homogenização e à continuidade, Canguilhem define a tarefa de sua prática historiográfica como catalogação de documentos, descrição de técnicas e instrumentos, interpretação de métodos e questões. A ênfase de Canguilhem sobre os conceitos, fez com que Macherey definisse tal prática como descrição empírico crítica da formação dos conceitos, tarefa que consistia em ao menos duas etapas: o nascimento e a consistência/polivalência dos conceitos. O nascimento de um conceito é o momento singular de seu aparecimento, essa emergência é independente e indeterminada em relação à teoria, a precede, pode inclusive transpor diversos campos teóricos, daí deriva sua polivalência, sua abertura à mutação. Um conceito é constituído, segundo Canguilhem, de um campo prático, composto pelos instrumentos, técnicas, métodos e práticas de experimentação, e por uma linguagem, ou seja, pela plasticidade das palavras, pelas mudanças e pluralidade de sentido que elas permitem. Dessa forma, a segunda tarefa da prática historiográfica de Canguilhem, implica em descrever e analisar o movimento dos conceitos, seu percurso, com ênfase nas deformações, deslocamentos, mudanças, transposições de campos teóricos diversos, ou seja, suas descontinuidades em relação a seu nascimento, a heterogeneidade de suas aplicações (MACHEREY, 2009, p. 149).

Diante desse panorama, torna-se mais precisa a importância e a influência da obra de Canguilhem sobre o trabalho de Foucault. Em sua aula inaugural no *College de France*, proferida em 1970, o arqueólogo assinalava seu débito para com as reflexões de Canguilhem:

[...] é a ele que devo o fato de ter compreendido que a história da ciência não se acha presa necessariamente à alternativa: crônica das descobertas ou descrições das ideias e opiniões que a cercam do lado de sua gênese indecisa ou do lado de suas origens exteriores; mas que se podia, se devia fazer a história da ciência como de um conjunto ao mesmo tempo coerente e transformável de modelos teóricos e de instrumentos conceituais (FOUCAULT, 1996, p. 171).

Essa indicação de Foucault nos permite observar justamente o apreço a uma manipulação da temporalidade em contraposição à percepção de uma continuidade histórica, a um conceito de tempo linear, contínuo e progressista, que orientou tradicionalmente, como vimos, as pesquisas não somente em história das ciências, mas na disciplina histórica de um modo geral. Dessa

forma, Canguilhem oferece a Foucault a possibilidade de pensar a partir de uma noção de tempo descontínua e fragmentada, perpassada por uma multiplicidade pequenos conjuntos que conformam tipos distintos de objetos: a história do saber não é contínua, ela se fragmenta em descontinuidades que compõe unidades coerentes e transformáveis. Essa concepção da temporalidade, própria da história das ciências, fica ainda mais clara em outra referência que Foucault faz à descrição dos conceitos em Canguilhem:

[...] as análises de G. Canguilhem podem servir de modelo, pois mostram que a história de um conceito não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade contínua e crescente, de seu gradiente de abstração, mas de seus diversos campos de constituição de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração. Distinção, feita igualmente por G. Canguilhem, entre as escalas *micro* e *macroscópicas* da história das ciências, onde os acontecimentos e suas consequências não se distribuem da mesma forma: assim, uma descoberta, o remanejamento de um método, a obra de um intelectual – e também seus fracassos – não tem a mesma incidência e não podem ser descritos da mesma forma em um e em outro nível, onde a história contada não é a mesma. Redistribuições recorrentes que fazem aparecer vários passados, várias formas de encadeamento, várias hierarquias de importância, várias redes de determinações, várias teleologias, para uma única e mesma ciência, à medida que seu presente se modifica: assim as descrições históricas se ordenam pela atualidade do saber, se multiplicam com suas transformações e não deixam, por sua vez, de romper com elas próprias [...] (FOUCAULT, 2002, p. 5) .

Essa possibilidade de fragmentação do objeto em uma multiplicidade de escalas e redistribuições sempre flexíveis, da qual emerge uma pluralidade de passados possíveis a um mesmo objeto, de acordo com a atualidade, ou seja, com o presente a partir do qual o historiador o observa, comporta e é, simultaneamente, sustentada por uma concepção do tempo como multiplicidade, como um “espaço” onde é possível traçar rotas e redes variáveis, onde é possível esquadrihar regiões e sub-regiões diversas onde pode-se distribuir e inscrever e continuamente redistribuir e reinscrever um objeto. A noção de atualidade em Canguilhem, parece, desse modo, distanciar-se de qualquer identidade com uma eternidade marcando, tão somente, o presente/atualidade desse saber e desse ato que instaura, redistribuiu, escalona parcial e continuamente o objeto no tempo.

Em outro artigo, *A vida: a Experiência e a Ciência*, dedicado originalmente a prefaciá-la a tradução americana de *O normal e o patológico*, Foucault evidencia, depois de situar Canguilhem -juntamente com Cavaillès, Bachelard e Koyrè – entre os praticantes de uma filosofia do saber, da racionalidade e do conceito (FOUCAULT, 2013, p. 371), no que tange ao seu método, dois aspectos fundamentais: o retorno à temática da descontinuidade que, sem renegar a discussão da

relação entre verdadeiro e falso a institui no interior de um conjunto de discursos cuja tarefa é “dizer o verdadeiro” e a necessidade, na relação entre as atualizações e transformações de uma ciência e sua história, da consideração “do ponto de vista epistemológico”, capaz de “reencontrar o processo normativo, do qual o saber atual não passa de um momento” (FOUCAULT, 2013, p. 378), escapando assim ao equívoco de considerar a atualidade da ciência o valor normativo de seu passado, bem como a consideração da história da ciência como o conjunto de todos os discursos científicos acerca de determinado objeto.

O interesse, contudo, parece ser recíproco e evidencia novamente as afinidades sobre as concepções de tempo, mas, em certo sentido, também um distanciamento. Em 1967, Canguilhem publicou um artigo em defesa do livro *As palavras e as coisas* do próprio Foucault. Nesse texto, a novidade do pensamento foucaultiano, parece residir na definição da episteme como seu objeto. Esse objeto novo, quase impensado, fundamental, no entanto a toda empresa de Foucault nos anos 1960, é definido por Canguilhem da seguinte forma:

Uma cultura é um código de ordenação da experiência humana sob uma tripla relação: linguística, perceptiva e prática. Uma ciência e uma filosofia são teoria ou interpretação da ordem. Mas estas não se aplicam diretamente àquela. Ciência e filosofia supõe a existência de uma rede ou de uma configuração das formas de apreensão das produções da cultura que já constituem, em relação a esta cultura um saber aquém das ciências e da filosofia. Esta rede é invariante e única numa época que se define e que, portanto, se desenha de acordo com ela [...] (CANGUILHEM, 2012, p. 2012).

O interesse e a defesa que Canguilhem faz de Foucault e de sua noção de episteme colocam-na como uma espécie de sustentáculo e princípio de unidade e coerência dos próprios objetos sobre os quais Canguilhem se debruça – a ciência e a filosofia. Esse objeto “inédito”, a episteme, parece configurar-se, desse modo, como um princípio de unidade, ou de coerência das multiplicidades, no tempo. Essa rede invariante que define uma época, constitui assim o espaço de um pensamento, o solo sob o qual a ciência e a filosofia, em sua diversidade, podem existir sustentadas por uma coerência prévia, a episteme. Essa leitura retorna, aparentemente, a algo semelhante àquela unidade/coerência fundante de toda forma de pensamento da qual nos falava Febvre, sob o nome de crença. No entanto, será que a episteme, essa condição de possibilidade de todo saber, consiste de fato, para Foucault em uma unidade, e que o tempo, desse modo, configura-se como espaço onde dispõe-se e sucedem-se as unidades coerentes, as epistemes? A resposta a essa questão, ou talvez uma melhor precisão dessa própria questão, que constitui o cerne deste trabalho, é o que tentaremos abordar na última seção desta análise.

O tempo da arqueologia, arqueologia do tempo

Em um texto breve, mas fundamental, escrito em 1967, Foucault afirmava que se “a grande obsessão do século XIX foi, a história”, portanto, o tempo, “a época atual seria talvez sobretudo a época do espaço [...] época da simultaneidade [...] da justaposição, [...] do próximo e do distante, do lado a lado, do disperso” (TERNES, 2012, p. 4). Esse deslocamento, no interior de nossa episteme, não representa, no entanto, um desinteresse pelo tempo, mas pelo contrário uma transformação fundamental em sua forma de percepção e representação.

Em 1940, Walter Benjamin indicava, em suas *Teses sobre o conceito de história*, a necessidade de superação de uma concepção de tempo homogêneo e vazio na qual realizava-se o progresso. O tempo era concebido, desse modo, como espaço de realização do progresso, teleologia da história. Dessa forma, a transformação da qual nos fala Foucault indica que o século XX, ao substituir a preocupação com a história, pela reflexão sobre o espaço “determina uma maneira [nova] de tratar aquilo que é chamado de tempo e também de história” (FOUCAULT 2013. 113). Uma nova concepção do espaço, portanto, define ou engendra uma nova forma de percepção do tempo, não mais como espaço vazio e homogêneo de realização do espírito. Cabe, agora explorar, a partir da noção de espaço foucaultina, essa concepção de tempo.

Nesse mesmo texto dedicado, sobretudo, aos “espaços outros”, às heterotopias, Foucault define a noção de espaço, própria a nossa época, como alocação: “definida pelas relações de vizinhança entre pontos ou elementos” que podem ser descritos formalmente “como séries, árvores, grades”, desse modo o espaço se apresenta atualmente sob a forma de relações entre alocações. O espaço, portanto, nada tem de homogêneo e vazio, muito pelo contrário, é carregado e heterogêneo:

O espaço em que vivemos, pelo qual somos lançados para fora de nós mesmos, no qual se desenrola precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo e de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos erode é também, em si mesmo, um espaço heterogêneo. Em outras palavras, nós não vivemos em uma espécie de vazio, no interior da qual seria possível situar indivíduos e coisas. Nós não vivemos no interior de um vazio que se revestiria de diferentes espelhamentos; nós vivemos no interior de um conjunto de relações que definem alocações irreduzíveis umas às outras, e absolutamente não passíveis de sobreposição (FOUCAULT, 2013. p. 155).

Que imagem, que relação ou que concepção de tempo, esse conceito de espaço como conjuntos de relações de alocação irreduzíveis, enquanto heterogeneidade carregada e irreduzível

implica, ou pode comportar? Nesse mesmo texto, Foucault afirma que o tempo, provavelmente, apareça “como uma das operações de distribuição possíveis entre elementos que se distribuem no espaço” (FOUCAULT, 2013, p. 21), ou seja, como uma forma específica de espacialização. No entanto, se atentarmos para a citação anterior e invertermos essa relação por um instante, uma concepção de tempo pode emergir sob a imagem de um espaço heterogêneo, carregado de relações que definem alocações irreduzíveis à justaposição. O tempo comporta, portanto infinitas temporalidades, que podem ou não articular-se umas às outras, nas quais cada alocação, assim como cada acontecimento, não pode ser reduzido a uma generalidade, a uma unidade abstrata, em suma: uma alocação, não pode ser subsumida em um conjunto ordenado por um princípio unitário, por uma generalidade que contenha essencialmente sua explicação, como, por exemplo, o faz Febvre quando toma Rabelais como indício da generalidade que o explica e o torna possível: a crença de uma época, o princípio de um sentido – uma eternidade laicizada – e de uma unidade do tempo em uma cultura, da qual todo acontecimento, toda posição só pode ser indício.

Essa noção de um espaço-tempo heterogêneo carregado de alocações irreduzíveis, talvez torne-se mais compreensível, se considerarmos uma noção muito cara a Foucault: a heterotopia. Ele as define como alocações reais e efetivas – para diferenciá-las das utopias –, como:

[...] lugares que são desenhados na própria instituição da sociedade e que são espécies de contra-alocações, espécies de utopias efetivamente realizadas, nas quais as alocações reais, todas as outras alocações reais que podem ser encontradas no interior da cultura, são simultaneamente representadas, contestadas e invertidas; espécies de lugares que estão fora de todos os outros lugares, embora sejam efetivamente localizáveis (FOUCAULT, 2013, p. 114).

Esses lugares internos que contestam, representam ou invertem os demais lugares em uma cultura, esses “espaços outros” em relação às demais alocações, indicam, ou mesmo reforçam a heterogeneidade da noção de tempo que nos parece estar comportada ou atrelada a essa noção de espaço foucaultiana. As heterotopias são, talvez, a marca mais evidente dessa heterogeneidade que fragmenta o tempo em infindáveis temporalidades não redutíveis umas às outras, e que impossibilita qualquer unidade, ou qualquer forma de agrupamento ou continuidade a partir de categorias como “época”, “mentalidade”, “tradição”, “espírito”, “evolução”, ou mesmo, a redução da episteme, dessas condições de possibilidade das formações discursivas – das quais seus trabalhos nos falam –, a esses princípios de homogeneidade, generalização e unidade, tradicionalmente empregados. As heterotopias evidenciam também a recusa em constituir esse

espaço e a noção de tempo que ele engendre em um princípio de imanência de sentido que constitui e conforma tudo o que os habita.

É necessário, no entanto, precisar, explorar e possivelmente ampliar essa hipótese, ainda precária a que, certamente, não se esgota no espaço desta breve análise. Em *A arqueologia do saber*, obra na qual buscar estabelecer, clarificar e, eventualmente, reconsiderar o estatuto teórico de seus trabalhos mais empíricos, desenvolvidos desde os anos 1950, acerca da loucura, da clínica, e das ciências humanas, convida-nos a suspender, ao menos inicialmente, na tarefa a que se dispõe, um conjunto de noções ligadas ao “tema da continuidade”, a saber: “tradição”/ “origem”, “influência”, “desenvolvimento”/“evolução”, “mentalidade”, “espírito”, os tipos, formas ou gêneros discursivos e, especialmente, as noções unificadoras de “obra” e “livro”. Essas categorias fundamentais à análise tradicional das ideias, da filosofia, da ciência, do pensamento e da literatura, são a seus olhos, princípios internos às formações discursivas e funcionam como mecanismos de classificação, normatização, institucionalização, distribuição e rarefação dos próprios discursos. Longe de desconsiderá-las, Foucault propõe sua suspensão momentânea como forma de evidenciar outros princípios de unidade dos discursos ou, mais precisamente, para suspender a elisão que estas categorias tradicionais promovem em relação a outras unidades, mais subterrâneas, que condicionam ou tornam possível a emergência de determinadas formações discursivas.

O caminho ao qual o arqueólogo do saber nos convida a seguir é inverso àquele trilhado pelos historiadores dos *Annales*, aqui é preciso deixar de lado a continuidade do tempo e do espaço e adentrar no descontínuo, como o fizeram, de formas distintas, Bachelard, Canguilhem, Georges Dumézil, entre outros. A primeira tarefa do arqueólogo é, portanto, sustentar essa dispersão inicial dos acontecimentos – acontecimentos discursivos – num espaço e tempo, recusando seus tradicionais princípios de unidade. A arqueologia foucaultina trata, desse modo, de descrever esses acontecimentos discursivos em sua dispersão. No entanto, em que consiste e qual é o objetivo dessa descrição? A arqueologia, ao restituir o acontecimento à sua dispersão e descontinuidade fundamentais busca “[...] compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; [...] determinar as condições de sua existência, [...] fixar seus limites de forma mais justa, [...] estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, [...] mostrar que outras formas de enunciação exclui” (FOUCAULT, 2002, p. 36).

Essa restituição do acontecimento à irreducibilidade que o caracteriza invariavelmente e a descrição de sua dispersão em um campo de relações discursivas, mas também não-discursivas – o que, de modo algum, reduz o discurso a alguma exterioridade – define sua alocação, ou seja, o conjunto de relações que o fazem emergir como tal. Por este motivo, a descrição desses acontecimentos discursivos da ordem dos saberes, de que se ocupa Foucault, recusa igualmente, as unidades prévias do objeto, da forma do enunciado, do sistema de conceitos e das estratégias (teorias e temáticas). Por conseguinte, objetivo da descrição arqueológica é, sempre que possível, partir da dispersão dos acontecimentos para evidenciar “sistemas de dispersão”, ou seja, “formações discursivas” – que articulam, a partir de certa regularidade, objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas estratégicas. Dessa forma interessa ao arqueólogo, sobretudo, descrever as regras de formação, ou seja, as “condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) de uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 2002, p. 44).

A análise das condições de possibilidade, dos sistemas de formação, de suas formas de regularidade, ou seja, desse *a priori histórico* dos discursos, a partir da descrição de dispersão do acontecimentos e das relações, da alocação que elas evidenciam, refuta, desse modo, todos os princípios de unidade tradicionais, que se remetem a teleologias, metafísicas, subjetividades, mentalidades coletivas, leis de interioridade. Não há nenhum sentido que perpassa o tempo ou o espaço em sua totalidade, mas relações incompletas, parciais, finitas, descontínuas, fragmentárias, regionalizadas e dependentes do trabalho do próprio arqueólogo. Diante disso, o princípio de método, que concerne mais claramente ao tempo e que orientou e deveria orientar seus trabalhos seguintes, assinalado em sua aula inaugural no *Collège de France*: a descontinuidade, torna-se mais evidente e preciso. De acordo com tal princípio:

[...] o fato de haver sistemas de rarefação não quer dizer que por baixo deles reine um discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalado e que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhe, enfim, a palavra. Não se deve imaginar, percorrendo o mundo e entrelaçando-se em todas as suas formas um não-dito ou um impensado que se deveria, enfim, articular ou pensar. Os discursos devem ser tratados como práticas que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem (FOUCAULT, 1996, p. 52).

Diante disso, fica também a dúvida, quanto à percepção de que, conforme afirma Foucault nessa mesma ocasião, longe de elidir o acontecimento em detrimento das estruturas e da longa duração, os historiadores as teriam alcançado justamente pelo estreitamento extremo dos acontecimentos e pelo alargamento de seu campo. Ao menos do ponto de vista da concepção

temporal, as unidades descritas a partir das séries e dos conjuntos de séries, isolados por muitos desses historiadores, parecem restituir a forma de uma interioridade ou de uma subjetividade no tempo, que assume a forma de um princípio de imanência presente nos acontecimentos e que retira-lhes seu caráter fundamentalmente dispersivo e descontínuo. Desse modo, a filiação indicada por Foucault, a essa nova prática da historiografia francesa, não pode ofuscar a novidade que seu pensamento representou, não somente para a historiografia, como para as outras disciplinas, mas, sobretudo, a particularidade da concepção de tempo que está atrelada a sua concepção de espaço, acontecimento, condição de possibilidade, *a priori histórico*, e que tentamos, evidenciar brevemente ao longo deste trabalho.

Considerações finais

Nessa breve reflexão, buscamos, sobretudo, problematizar ou evidenciar um distanciamento possível entre uma concepção de tempo subjacente ao empreendimento da arqueologia foucaultina - ou talvez oriunda dela - e as concepções de tempo com as quais os historiadores – cujas práticas o teriam, segundo ele próprio, influenciado e apresentado possibilidades – operavam, na tentativa de dar conta da singularidade da noção de tempo com a qual Foucault trabalha, ou que deriva de seu modo de trabalhar.

O que parece emergir dessa análise, é que a espacialização da história em Foucault evidencia, ou deixa entrever uma noção de tempo marcada pela predominância da descontinuidade, dos limiares, dos limites, das rupturas, enfim, daquilo que contesta a unidade. Sua descrição arqueológica, ao evidenciar regras de formação, conjuntos de relações que conformam possibilidades discursivas, parece propor algo distinto das unidades explicativas, que se sucedem no tempo e conformam épocas, mentalidade e estilos, a noção de tempo de Foucault aparentemente delineia um campo ou um espaço em constante deslocamento, instável e irreduzível às categorias explicativas tradicionalmente utilizadas. Daí talvez, nossa dificuldade em nomear e precisar tal concepção de tempo.

Contudo, longe de propor uma exposição explicativa sobre a concepção de tempo presente, possivelmente, no trabalho arqueológico de Foucault, buscamos delinear um possível campo de análise, o qual cabe certamente desenvolver em profundidade, amplitude e extensão e, talvez, reconsiderar a hipótese aqui, muito provisoriamente lançada, bem como refazer e/ou ampliar as questões e articular, certamente, novos problemas.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Às margens d'O Mediterrâneo: Michel Foucault, historiador dos espaços. In: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio (org's). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2ª ed. 2011, p. 93-107.

ALMEIDA, Fábio Ferreira de. Acerca do múltiplo e do descontínuo: Gaston Bachelard. In: SALOMON, Marlon (org). *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2018, p. 113-141.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. A continuidade e a multiplicidade temporais. In: SALOMON, Marlon (org). *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2018, p. 337-370.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 7ªed., 1994, p. 222-232.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CANGUILHEM, Georges. *Estudos de filosofia e história das ciências: concernentes aos vivos e à vida*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

_____. *Michel Foucault: morte do homem ou esgotamento do cógito?* Goiânia: Edições Ricochete, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ante el tiempo: Historia del arte y anacronismo de las imágenes*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2008.

FEBVRE, Lucien. O homem do século XVI. *Revista de História*, vol. 1, n. 1, p. 3-17, (1950).

_____. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 6ªed. 2002.

_____. A vida: a Experiência e a Ciência, In: MOTTA, Manoel Barros da (org). *Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, 369-384.

_____. De espaços outros. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 27, n.º 79, p. 113-122, (2013).

GATTINARA, Enrico Castelli. A Multiplicidade temporal: um problema no qual ciência, história e filosofia se encontram In: SALOMON, Marlon (org). *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2018, p. 39-72.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MACHEREY, Pierre. A filosofia da ciência de Georges Canguilhem: Epistemologia e História das Ciências In: CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 140-154.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: Marlon Salomon (org). *História, verdade e tempo*. Chapecó-SC: Argos, 2011, p. 21-49.

SALOMON, Marlon. Heterocronias. In: *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2018, p. 8-38.

TERNES, José. Bachelard: verdade e tempo. In: SALOMON, Marlon. *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011, p. 215-234.

TURNES, José. Apresentação In: CANGUILHEM, Georges. *Michel Foucault: morte do homem ou esgotamento do cógito?*. Goiânia: Edições Ricochete, 2012, p. 2-4.

TURIN, Rodrigo. As (dês)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 17, n.º 33, p. 586-601, (2016).